



ASPECTOS MIGRATÓRIOS NO DCRC E NO DCRFOR – UMA BREVE ANÁLISE PARA O 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rosa Lilian Sérvio de Carvalho Chaves ¹

RESUMO

Neste texto, propomos realizar uma breve análise dos aspectos migratórios apresentados no Documento Curricular Referencial do Ceará e no Documento Curricular Referencial de Fortaleza para o 8º ano do Ensino Fundamental. Estes documentos foram criados para atender as exigências de atualização curricular da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Alvo de críticas pela influência das políticas neoliberais na educação, a BNCC estruturou competências e habilidades para os estudantes desenvolverem ao longo da vida escolar. A pesquisa está baseada numa abordagem qualitativa e tem como referencial teórico no estudo de migração as contribuições de Denise Bomtempo e Karla Brumes. Nesta investigação, analisamos a organização curricular dos documentos onde são apresentados termos vinculados a dinâmica migratória nas habilidades, nas unidades temáticas, nos objetos de conhecimento e nos específicos. Verificamos que o termo “migrante” não aparece nessa organização curricular o que nos faz refletir se a análise da migração é potencializada nos aspectos quantitativos e se existe a concepção da migração lida a partir do migrante. Surge a expressão “migrações clandestinas” nos objetos específicos o que supõe uma condição irregular de migrantes, indo a uma concepção de migração contrária ao que está colocada na Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma que migrar é um direito. Concluimos a importância dos professores estarem atentos ao campo de disputa curricular e como a autonomia e a liberdade de cátedra vêm sendo cerceadas com as políticas educacionais que trazem em seu bojo o controle da docência e uma concepção de educação atravessada por interesses neoliberais.

Palavras-chave: Migração, documentos curriculares, BNCC.

RESUMEN

En este texto, proponemos realizar un breve análisis de los aspectos migratorios presentados en el Documento Curricular Referencial de Ceará y en el Documento Curricular Referencial de Fortaleza para el 8.º grado de la Educación Básica. Estos documentos fueron creados para cumplir con los requisitos de actualización curricular de la Base Nacional Común Curricular (BNCC). Criticada por la influencia de las políticas neoliberales en la educación, la BNCC estructuró competencias y habilidades para que los estudiantes las desarrollaran a lo largo de su vida escolar. La investigación se basa en un enfoque cualitativo y tiene como referencia teórica en el estudio de la migración las contribuciones de Denise Bomtempo y Karla Brumes. En esta investigación, analizamos la organización curricular de los documentos en los que se presentan términos relacionados con la dinámica migratoria en las habilidades, las unidades temáticas, los objetos de conocimiento y los específicos. Verificamos que el término «migrante» no aparece en esta organización curricular, lo que nos lleva a reflexionar si el análisis de la migración se potencia en los aspectos cuantitativos y si existe la concepción de la migración leída desde el migrante. Aparece la expresión «migraciones clandestinas» en los objetos específicos, lo que supone una condición irregular de los migrantes, lo que lleva a una concepción de la migración contraria a la que se establece en la Declaración Universal de Derechos Humanos, que afirma que migrar es un derecho. Concluimos que es importante que los profesores estén atentos al campo de disputa curricular

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - CE, rosa.chaves@aluno.uece.br



y a cómo la autonomía y la libertad de cátedra se han visto restringidas por las políticas educativas que conllevan el control de la docencia y una concepción de la educación atravesada por intereses neoliberales.

Palabras clave: Migración, documentos curriculares, BNCC.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos foram realizadas as elaborações de documentos curriculares para atender as demandas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Este documento prevê que estados e municípios atualizem seus currículos orientados por diretrizes que indicam competências e habilidades que os estudantes da educação básica devem desenvolver ao longo da vida escolar. A Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC e a Secretaria Municipal de Educação – SME de Fortaleza divulgaram recentemente o Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC e o Documento Curricular Referencial de Fortaleza – DCRFor como exigência desta atualização curricular.

O currículo, entendido como um campo de disputa, traz influências do seu tempo e da conjuntura política e econômica que o atravessa. Por isso, propomos fazer uma breve análise dos aspectos migratórios apresentados no DCRC e no DCRFor, com o objetivo de compreender como a abordagem da migração está sendo proposta para as professoras e os professores de Geografia atuarem no 8º ano do Ensino Fundamental no estado do Ceará. Na atual conjuntura política de criminalização de migrantes que se têm visto em alguns países do Norte Global, é importante estarmos atentos como o tema da migração está sendo proposto nos currículos escolares, principalmente nos 8º e 9º anos onde se discute população mundial nas aulas de Geografia.

Nesta investigação, analisamos a organização curricular dos documentos onde são apresentados termos vinculados a migração nas habilidades, nas unidades temáticas, nos objetos de conhecimento e nos específicos. Verificamos que o termo “migrante” não aparece nessa organização curricular o que nos faz refletir se a análise da migração é potencializada nos aspectos quantitativos e se existe a concepção da migração lida a partir do migrante que tem sua subjetividade, trajetória, territórios e suas territorialidades. Foi encontrada a expressão “migrações clandestinas” nos objetos específicos o que supõe uma condição irregular de migrantes, indo a uma concepção de migração contrária ao que está colocada na Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma que migrar é um direito.



Percebemos a importância dos professores estarem atentos ao campo de disputa curricular e como a autonomia e a liberdade de cátedra vêm sendo cerceada com as políticas educacionais que trazem em seu bojo o controle da docência e uma concepção de educação atravessada por interesses neoliberais.

METODOLOGIA

A pesquisa está baseada numa abordagem qualitativa onde o pesquisador está inserido no contato direto com a situação investigada. Para Maria Minayo (2001, p. 21 e 22), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Como professora na Rede Municipal de Ensino sinto o impacto dos novos documentos curriculares ao preencher um instrumental de planejamento de aula (figura 1) disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação – SME de Fortaleza que indica a construção das aulas a partir da normatização da BNCC e do DCRFor.

Partimos de um levantamento bibliográfico para a pesquisa ter sustentação teórica e um percurso investigativo para uma análise documental do DCRFor e do DCRC. Para isso realizamos buscas e leituras no acervo de publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, no *google* acadêmico e em sites para a procura dos documentos oficiais: BNCC, DCRC, DCRFor e o Parecer do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza que aprovou o DCRFor. Para análise documental, foram realizadas buscas de termos e conteúdos vinculados à migração nas habilidades, nas unidades temáticas, nos objetos de conhecimento e nos objetos específicos. Para melhor organização e análise foi construído o quadro “Aspectos migratórios associados às Habilidades da BNCC apresentados para o componente curricular Geografia no DCRC e no DCRFor – 8º ano” onde foram mencionados termos e conteúdos vinculados à dinâmica migratória no DCRC e no DCRFor.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao ensinar sobre a dinâmica migratória é importante que os professores estejam atentos ao campo de disputa que está presente nos novos documentos curriculares e se há uma equivalência das análises quantitativas e qualitativas para explicar as migrações. Logo,



concordamos com Denise Bomtempo (2020),

O que se coloca como novidade em relação às leituras da migração no período atual é a necessidade de explicar o movimento de maneira quantitativa – o volume, o direcionamento dos fluxos – e qualitativa – a vivência dos sujeitos compartilhadas entre aqueles que permaneceram (Bomtempo, 2020, p. 470).

Para Denise Bomtempo (2020, p. 438) “a migração é um tipo de mobilidade característica do capitalismo, já que se trata da mobilidade de sujeitos que são livres para desenvolver atividades laborais, sociais e afetivas”. Seus estudos interpretam as migrações como fato social e espacial completo:

Espacial porque envolve de fato os territórios na trajetória, e social porque são territórios construídos, constituídos, redefinidos, reconfigurado por pessoas, por sujeitos que ficam, que realizam mobilidade e que, por sua vez, se conectam e conectam territórios – territórios de origem e territórios que vão se formando ao longo da migração (Bomtempo, 2024, p. 230).

Homologada em 2017, a BNCC recebeu críticas de professores da Rede de Educação Básica e do Ensino Superior. Maria do Céu de Lima, Marize Oliveira, Antônia Carlos da Silva, Fernando Santos, Jardélia Damasceno, Edivani Barbosa, Estefânia Portela e Valmir Silva (2016) trouxeram questionamentos quanto à finalidade, à metodologia e aos conteúdos apresentados do componente curricular de Geografia.

Em 2021, Maria Albuquerque, Ângela Katuta, José Souza, Ana Giordani, Átila Lima, Ana Marques, Adolfo Oliveira Neto, Luiz Carvalho, William Simões, Sandra Azevedo, Amélia Nogueira, Eduardo Giroto, Maria Martins e Bruno Zucherato publicaram o livro “Manifesto: crítica às reformas neoliberais na Educação – prólogo do Ensino de Geografia” resultado das discussões do Grupo de Trabalho “Geografia e Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

Com baixa participação democrática, o documento foi aprovado à revelia de inúmeras manifestações realizadas por entidades científicas, sindicatos docentes e movimentos sociais contrários ao documento, tanto em forma como em conteúdo. Neste aspecto cabe destacar a importante atuação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Associação Nacional Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) nas audiências públicas realizadas nas macrorregiões geográficas brasileiras, posicionando-se criticamente em relação aos conteúdos e fundamentos pedagógicos, aparentemente inexistentes na proposta, bem como no que se refere ao processo de organização das audiências e, sobretudo, de sua teatralização, como “ato formal participativo” (Albuquerque; Katuta; Souza; Giordani; Lima; Marques; Oliveira Neto; Carvalho; Simões; Azevedo; Nogueira; Giroto; Martins; Zucherato, 2021, p. 31).

O manifesto traz críticas ao aprofundamento das políticas neoliberais na educação brasileira, ao discurso e apoio teórico dos usos das metodologias ativas, as avaliações externas associadas à qualidade da educação, a padronização curricular que se busca com a BNCC, os



impactos dela sobre os cursos de licenciatura em Geografia, o controle da docência e a interdição da escola emancipatória, dentre outras discussões. A publicação ressalta o processo apressado para adaptação curricular que as secretarias de educação tiveram para aderir a BNCC com a criação dos seus documentos curriculares.

[...] em dois anos todos os estados da federação concluíram e aprovaram seus documentos curriculares destinados ao Ensino Fundamental pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação - CEE. Em cerca de um ano, após a conclusão e publicação da BNCC (BRASIL, 2017), 10 estados brasileiros já divulgavam seus currículos, o que indica que estes ou já estavam em processo de elaboração ou foram feitos em um tempo sem a necessária maturação dos debates. (Albuquerque; Katuta; Souza; Giordani; Lima; Marques; Oliveira Neto; Carvalho; Simões; Azevedo; Nogueira; Giroto; Martins; Zucherato, 2021, p. 72).

Conforme aponta a publicação, a maioria das secretarias tiveram uma relativa “perda da autonomia” ao aderirem “automaticamente aos pressupostos da BNCC”.

No que diz respeito ao projeto estruturante do ponto de vista pedagógico, praticamente todos os estados adotaram o modelo de currículo com base nas 10 competências estabelecidas pela BNCC, somente os Estados do Pará e da Paraíba não explicitam este vínculo na introdução do texto, porém, no corpo dos documentos isto se evidencia, especialmente na adoção do mesmo sistema alfanumérico para objetos de aprendizagem e competências (Albuquerque; Katuta; Souza; Giordani; Lima; Marques; Oliveira Neto; Carvalho; Simões; Azevedo; Nogueira; Giroto; Martins; Zucherato, 2021, p. 82).

Segundo Victória Menezes (2019, p. 106) a BNCC “também traz em seu bojo orientações sobre quais condutas devem ser seguidas pelos professores. Isto é, trata-se de um documento de caráter normativo que incide sobre o currículo escolar, o qual é marcado por um campo de disputas”.

As mudanças curriculares passaram de parâmetros, diretrizes e orientações para um documento normativo que impacta na docência e nos instrumentos que a cerca, como nos livros didáticos que tiveram de se adaptar às exigências da BNCC ao apresentarem os conteúdos relacionados às competências e habilidades e em instrumentais de planejamento de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2019, a SEDUC divulgou o DCRC e em 2024, a SME de Fortaleza lançou o DCRFor. Os documentos foram produzidos para atender as exigências da BNCC de atualização



dos currículos estaduais e municipais e os conceberam a partir das competências e habilidades contidas na BNCC.

O DCRC orienta no sentido de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades. Assim sendo, ancorado na BNCC, apresenta indicações do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que eles devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho) (DCRC, 2019, p. 39 e 40).

A proposta é que as habilidades irão assegurar o desenvolvimento das competências. Para tal, os documentos curriculares indicam unidades temáticas que se relacionam a essas habilidades e objetos de conhecimentos entendidos como conteúdos, conceitos e processos. Os objetos específicos são o que cada documento curricular indica para seu respectivo objeto de conhecimento e estão relacionados a uma habilidade específica da BNCC. O Quadro 1 mostra os aspectos mais específicos do conteúdo de migração apresentados no DCRC e no DCRFor para o 8º ano do Ensino Fundamental relacionados às habilidades da BNCC.

Quadro 1 – Aspectos migratórios associados às Habilidades da BNCC apresentados para o componente curricular Geografia no DCRC e no DCRFor – 8º ano

Unidade Temática – O sujeito e seu lugar no mundo.		
Objeto de Conhecimento – Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais. Diversidade e dinâmica da população mundial e locais.		
Habilidades	Objetos específicos	
	DCRC	DCRFor
(EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes.	Movimentos migratórios: emigração e imigração; Migrações clandestinas e refugiados; Êxodo; Discriminação contra grupos humanos: apartheid, racismo, xenofobia e homofobia.	Movimentos migratórios: emigração e imigração; Migrações clandestinas e refugiados; Êxodo; Discriminação contra grupos humanos: apartheid, racismo, xenofobia e homofobia. Migrações e xenofobia no contexto Brasil.
Objeto de Conhecimento – Diversidade e dinâmica da população mundial e local.		
Habilidades	Objetos específicos	
	DCRC	DCRFor
(EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do município em que se localiza a escola, considerando a	Processo de formação territorial e cultural dos municípios brasileiros, com destaque para o município de vivência:	Processo de formação territorial e cultural dos municípios brasileiros, com destaque para o Município de Fortaleza: contribuição de



diversidade e os fluxos migratórios da população mundial.	contribuição de outros povos.	outros povos.
(EF08GE03) Analisar aspectos representativos da dinâmica demográfica, considerando características da população (perfil etário, crescimento vegetativo e mobilidade espacial).	Desenvolvimento humano: esperança de vida, mortalidade infantil, escolarização, nutrição, IDH; Pirâmide Etária.	Desenvolvimento humano: esperança de vida, mortalidade infantil, escolarização, nutrição, IDH; Pirâmide Etária, no contexto Brasil e o Município de Fortaleza.
(EF08GE04) Compreender os fluxos de migração na América Latina (movimentos voluntários e forçados, assim como fatores e áreas de expulsão e atração) e as principais políticas migratórias da região.	Distribuição espacial, crescimento demográfico; Correntes Migratórias.	Distribuição espacial, crescimento demográfico; Correntes migratórias. Fatores de atração e expulsão de nordestinos para a região Sudeste.

Fonte: Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará, 2019.

Fortaleza. Documento Curricular Referencial de Fortaleza, 2024.

Organização: Chaves, Rosa. 2025.

Ao analisar o quadro 4 percebemos a proposta de trabalhar os aspectos da população mundial associando sempre com a dinâmica local conforme apresentado nos objetos de conhecimento, nas habilidades da BNCC e nos objetos específicos do DCRC e DCRFor. A seguir trataremos dos aspectos migratórios apresentados no quadro 4.

A unidade temática é chamada de “O sujeito no seu lugar no mundo”, contudo ao citar os aspectos migratórios nas habilidades e objetos específicos não aparece o termo migrante que nos faz refletir se a análise da migração é potencializada nos aspectos quantitativos e se existe a concepção da migração lida a partir do migrante que tem sua subjetividade, trajetória, territórios e suas territorialidades.

Nos objetos específicos associado a “Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais. Diversidade e dinâmica da população mundial e locais” e a habilidade EF08GE01 da BNCC verificamos o termo migrações clandestinas que supõe a uma condição irregular ou ilegal. Considerando que migrar é um direito humano conforme reafirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o termo poderia estar vinculado à migração indocumentada para tratar a situação do migrante em determinado território.

Na habilidade EF08GE02 da BNCC, indicada para estudantes do 8º ano, verificamos a importância de estudar a história das famílias dos estudantes para correlacionar com a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial. Os objetos específicos associados a



esta habilidade se vinculam a formação territorial e cultural dos municípios brasileiros, com destaque para o Município de Fortaleza.

Por fim, a habilidade EF08GE04 da BNCC trata da compreensão dos fluxos de migração na América Latina (movimentos voluntários e forçados, assim como fatores e áreas de expulsão e atração) e as principais políticas migratórias da região. Os objetos específicos associados remetem a sua “distribuição espacial, crescimento demográfico; correntes migratórias”. Diferentemente do DCRC, o DCRFor acrescenta o conteúdo de “fatores de atração e expulsão de nordestinos para a região Sudeste” indicando aqui uma possibilidade da relação de “nordestino” a uma concepção da análise da migração a partir do sujeito migrante.

Karla Brumes (2013) ao discutir abordagens das migrações na produção científica refere-se aos estudos de Everett Lee sobre os “fatores de atração e expulsão” na dinâmica migratória.

Esse autor destacava que havia uma generalização pretendida em todas as sociedades urbano-industriais, em que a decisão de migrar estava sempre vinculada a uma escolha racional entre os fatores positivos e negativos nas áreas de origem e nas áreas de destino dos fluxos migratórios, mediatizados pela maior ou menor força dos chamados fatores intervenientes entre essas duas áreas. Essa teoria ainda é bem aceita nos dias atuais (Brumes, 2013, p. 16).

Para Brumes (2013) essa é uma perspectiva neoclássica onde se privilegia a livre decisão do indivíduo na dinâmica migratória.

Quando se adota a visão neoclássica no estudo das questões migratórias, o fato que é levado em consideração, deixando de lado o papel da história, é a vontade dos indivíduos que, ao migrarem, buscam melhorar suas condições de vida pela melhoria nos ganhos financeiros (Brumes, 2013, p. 16).

Cabe refletir o porquê da escolha da expressão “expulsão de nordestinos” que pode criar uma ideia de sujeitos excluídos à força, rejeitados e indesejáveis na região de origem as quais essas pessoas têm ou tiveram relações de pertencimento. Seguindo essa linha de pensamento pode induzir a interpretação de migrantes nordestinos como sujeitos não desejáveis na região de origem.

É importante ressaltar que o controle ideológico e político da BNCC vai além ao tentar interferir no planejamento de aulas dos professores. A Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC ainda não disponibiliza um instrumental de planejamento de aula para a Educação Básica. Contudo, a SME de Fortaleza fornece e exige que o planejamento de aula seja feito mediante o instrumental (figura 1) concebido por ela.



**Figura 1 – Instrumental de Planejamento de Aula nas Escolas de Tempo Regular na
Rede Municipal de Fortaleza – Ensino Fundamental - Anos Finais**

ESCOLA MUNICIPAL _____			Plano Semanal - Anos Finais			
Componente Curricular: _____			PROF(A): _____			
Série	Turma(s)/Turno(s)	Hora(s)/Aula	Mês: _____/2024		Período: _____ a _____	
AMBIENTE DE APRENDIZAGEM						
☐ SALA DE AULA ☐ BIBLIOTECA ☐ SALA DE INOVAÇÃO ☐ QUADRA ☐ AULA DE CAMPO ☐ OUTRO: _____						
UNIDADE TEMÁTICA		OBJETO(S) DE CONHECIMENTO/OBJETO(S) ESPECÍFICO(S)			HABILIDADE(S)	
COMPETÊNCIA(S) ESPECÍFICA(S)			OBJETIVO(S) DE APRENDIZAGEM			
MOMENTOS DIDÁTICOS		TEMAS CONTEMPORÂNEOS		COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS		
☐ Acolhida ☐ Agenda ☐ Chamada ☐ Retomada da aula anterior ☐ Interação com o conhecimento ☐ Aprofundamento da aprendizagem ☐ Objeto de conhecimento da próxima aula ☐ Avaliação ☐ Encerramento ☐ Outros: (digite abaixo)		☐ Direitos da criança e do adolescente ☐ Educação para o trânsito ☐ Educação ambiental ☐ Educação alimentar e nutricional ☐ Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso ☐ Educação em direitos humanos ☐ Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ☐ Saúde ☐ Vida familiar e social ☐ Educação para consumo ☐ Educação financeira e fiscal ☐ Trabalho ☐ Ciência e tecnologia ☐ Diversidade cultural ☐ Outros: (digite abaixo)		☐ AUTOGESTÃO ☐ Determinação ☐ Persistência ☐ Foco ☐ Organização ☐ Responsabilidade ☐ ENGAJAMENTO COM OS OUTROS ☐ Iniciativa social ☐ Entusiasmo ☐ Assertividade ☐ AMABILIDADE ☐ Empatia ☐ Respeito ☐ Confiança ☐ RESILIÊNCIA EMOCIONAL ☐ Tolerância ao estresse ☐ Autoconfiança ☐ Tolerância à frustração ☐ ABERTURA AO NOVO ☐ Imaginação criativa ☐ Interesse artístico ☐ Curiosidade para aprender		
METODOLOGIA						
ATIVIDADES FLEXIBILIZADAS				RECURSOS		
OBSERVAÇÕES						

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, 2024.



Ao ensinar sobre a dinâmica migratória é importante que os professores estejam atentos ao campo de disputa que está presente nos novos documentos curriculares e se há uma equivalência das análises quantitativas e qualitativas para explicar as migrações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exigência da BNCC de atualização curricular, as Secretarias de Educação do Ceará e de Fortaleza construíram o DCRC e o DCRFor. Os documentos foram organizados a partir das competências e habilidades propostas pela BNCC. Alvo de críticas de professores da Educação Básica e do Ensino Superior, a BNCC traz influências de políticas neoliberais na educação e impacta na docência seja com a atualização curricular, as adaptações dos livros didáticos e o planejamento de aulas com preenchimento de instrumentais pensados a partir do DCRFor nas escolas municipais.

A análise dos aspectos migratórios apresentados para o 8º ano do Ensino Fundamental apresentou uma preocupação se a dinâmica migratória tem abordagens qualitativas e quantitativas equiparadas. Foram verificadas expressões como “migrações clandestinas” que pressupõe uma condição irregular do migrante, o que poderia ser substituída por “migrações indocumentadas” para ir de encontro a uma concepção que migrar é um direito e não abrir margens para interpretações de criminalização da migração, como vimos recentemente na deportação de migrantes brasileiros nos Estados Unidos que estiveram em trânsito algemados pelo governo de Donald Trump.

É necessário que professoras e professores estejam atentos ao campo de disputa curricular e reflitam como a autonomia e a liberdade de cátedra vêm sendo cerceada com as políticas educacionais que trazem em seu bojo o controle da docência e uma concepção de educação atravessada por interesses neoliberais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins; KATUTA, Ângela Massumi; SOUZA, José Gilberto; GIORDANI, Ana; LIMA, Átila Menezes; MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; OLIVEIRA NETO, Adolfo; CARVALHO, Luiz Eugênio; SIMOES, William; AZEVEDO, Sandra de Castro; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista; GIROTTI, Eduardo Donizeti; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; ZUCHERATO, Bruno. **Manifesto: críticas às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia**. 1. ed. Marília: Lutas Anticapitalista, 2021.



BOMTEMPO, Denise Cristina. Redes, economia urbana e territorialidade: as recentes migrações internacionais da região nordeste do Brasil. In: BALBIM, Renato; ARROYO, Mônica; SANTIAGO, Cristine. (Org.). **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=bf5f1b80-08fc-4fb2-bb61-053ca9c7261d>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Teorias da Geografia da População. In: SPOSITO, E Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (Org.). **Teoria na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

BRUMES, Karla Rosário. Estudo sobre migrações: desafios, diversidades e evoluções. **Leopoldianum**, v. 39, p. 13-30, 2013.

CEARA. **Documento Curricular Referencial do Ceará**, 2019. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FORTALEZA. **Documento Curricular Referencial de Fortaleza**. Disponível em https://educacao.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=edit&id=127. Acesso em: 02 fev. 2025.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. Ensino de Geografia e raciocínio geográfico: as contribuições de Pistrak para a superação da dicotomia curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 9, p. 71-86, jan./jun., 2015.

LIMA, Maria do Céu; OLIVEIRA, Marize Luciano Vital Monteiro de; SILVA, Antônio Carlos da; SANTOS, Fernando Rocha dos; DAMASCENO, Francisca Jardélia Lima; BARBOSA, Maria Edivaní Silva; PORTELA, Estefânia Maria Carneiro; SILVA, Valmir Pereira da. A Geografia na Base Nacional Comum Curricular: inconsistências e impropriedades da proposta do MEC. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 18, p. 164-171, 2016.

MENEZES, Victória Sabbado. Em tempos de defesa do óbvio: os desafios da docência em Geografia. **Terra Livre**, v. 2, p. 93-123, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.